Estudo de caso sobre intervenções políticas durante a pandemia

A 14 de Março de 2020, o Governo Nacional de Espanha anuncia que toda a população do país (cerca de 47 milhões) terá de estar em confinamento, para travar a propagação da COVID-19. Os cidadãos e as cidadãs só podem deixar as suas casas para comprar mercearias e produtos farmacêuticos, ir a bancos ou hospitais, tomar conta de pessoas dependentes, ou passear cães. Além disso, enquanto estivessem na rua, deviam estar sempre sozinhos e, embora pudessem ir trabalhar, a maioria dos locais de trabalho estavam fechados ao público.

A partir de 2 de maio de 2020, os horários fixos regulam a saída de casa para exercício físico não essencial. As pessoas que necessitam de atenção especial e as pessoas com mais de 70 anos podem sair entre as 19 e as 20 horas acompanhadas por uma pessoa. O passeio tem de ter lugar a 1 km de casa, a uma distância de 2 metros das outras pessoas. Pessoas adultas e adolescentes, com 14 ou mais anos, podem sair para atividades físicas uma vez por dia entre as 6 e as 10 da manhã ou entre as 20 e as 23 da noite. Nas aldeias com menos de 5.000 habitantes, os diferentes horários não se aplicam, e todas as pessoas podem sair nas mesmas condições entre as 6h e as 23h.

Por favor, reflita sobre as seguintes questões:

- Quais são os pontos fortes destes confinamentos?
- Quais são as suas fraquezas específicas?
- Que impacto têm estes regulamentos sobre:
  - a vida dos indivíduos?
  - os contactos sociais de pessoas de diferentes idades?
  - a economia de um país?
- Existem interesses conflituosos entre diferentes grupos da sociedade?
- Existem efeitos secundários desfavoráveis que deveriam ter sido tratados logo desde o início?
- Houve também efeitos secundários favoráveis?
- Que lições podem ser aprendidas neste contexto com a experiência COVID-19?

Co-funded by the European Union

STEP_UP: Stop epidemic growth through learning is co-funded by the Erasmus+ Programme of the European Union, Key Action Cooperation for innovation and the exchange of good practices, Grant agreement no. 2020-1-PT01-KA204-078785. The European Commission's support for this project and the production of this document does not constitute an endorsement of the contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.